

revista  
**CIDADES**

volume 13 | número 22 | 2016

JUSTIÇA E DIREITO:  
UM DEBATE SOBRE  
O URBANO

## SUMÁRIO

PALAVRAS DO EDITOR.....	01
<i>Silvana Maria Pintaudi</i>	
APRESENTAÇÃO.....	02
<i>Gloria da Anunciação Alves</i>	
A GEOPOLÍTICA DA FAVELA: DESAFIOS ATUAIS DA JUSTIÇA TERRITORIAL NO RIO DE JANEIRO.....	05
Slum Geopolitics: Current Challenges of Territorial Justice In Rio De Janeiro	
IVALDO LIMA	
POLÍTICAS PÚBLICAS NO ESPAÇO.....	41
Public Policies in Space	
ARLETE MOYSÉS RODRIGUES	
ÁREAS CENTRAIS URBANAS E MOVIMENTOS DE MORADIA: TRANSGRESSÃO, CONFRONTOS E APRENDIZADOS.....	71
Inner City Central Areas and Housing Movements: Transgression, Confrontations, And Learning	
FRANCISCO DE ASSIS COMARU	
UM BALANÇO DE PESQUISA, 10 ANOS NA ZONA LESTE E UM SOCIAL RECONFIGURADO.....	94
A research review, 10 years on the east side and a social redesign	
CIBELE S. RIZEK	
TRABALHO E CRISE URBANA: CONDIÇÕES DA PRECARIZAÇÃO.....	141
Work and Urban Crisis: Conditions of Precariousness	
TATIANE MARINA PINTO DE GODOY	
HORIZONTES DA POLITICA SOCIAL NA GLOBALIZAÇÃO DA DESIGUALDADE E O MINHA CASA MINHA VIDA.....	167
Perspectives on the new social policy in the globalization of inequality and the Brazilian government's housing program	
CÉSAR SIMONI SANTOS	

# ÁREAS CENTRAIS URBANAS E MOVIMENTOS DE MORADIA: TRANSGRESSÃO, CONFRONTOS E APRENDIZADOS

**Francisco de Assis Comaru**

Professor de planejamento urbano e ambiental

Universidade Federal do ABC

francisco.comaru@ufabc.edu.br

## **RESUMO**

O gigantesco processo de construção de cidades ocorrido no Brasil durante décadas do século XX deixou para trás o rastro da urbanização precária, da violência e das iniquidades. Periferias das metrópoles espraiaram-se, enquanto áreas de preservação ambiental foram ocupadas haja vista a ausência de políticas urbanas e de habitação apropriadas. As áreas centrais de diversas metrópoles perderam população permanente durante as últimas décadas, em que pese seu potencial, do ponto de vista de oportunidades de trabalho, serviços e inclusão. Diante da demanda por habitação, os movimentos urbanos têm promovido ocupações organizadas de terras e prédios em regiões bem localizadas, com intuito de pressionar os governos por políticas de habitação e denunciar propriedades que não cumprem função social. A esses processos de lutas têm sido associados mecanismos de construção de cidadania insurgente, cidadania transgressiva e construção de aprendizados a partir dos confrontos e lutas, conforme alguns casos descritos neste artigo.

**PALAVRAS-CHAVE:** habitação social; áreas centrais urbanas; urbanização insurgente; ocupações e lutas urbanas.

INNER CITY CENTRAL AREAS AND HOUSING MOVEMENTS: TRANSGRESSION,  
CONFRONTATIONS, AND LEARNING

**ABSTRACT**

The enormous processes of building cities that took place in Brazil for decades in the twentieth century left behind a trail of precarious urbanization, violence and inequities. The peripheries of metropolitan areas and large cities have spread, while areas of environmental preservation were occupied given the lack of urban and housing policies. The central areas of many cities lost a permanent population during the latter decades, despite their potential from the point of view of job opportunities, services and inclusion. Given the demand for housing, the urban movements have promoted organized occupations of land and blocks in well-located regions with the aim of pressuring governments for housing policies, and denouncing properties that do not meet a social function. These processes have been linked to insurgent citizenship, transgressive citizenship-building mechanisms and building learning process from these confrontations and struggles, according to some cases described in this paper.

**KEY-WORDS:** social housing, inner city urban areas, insurgent citizenship, occupations and urban struggles.

**BREVE INTRODUÇÃO SOBRE A PRODUÇÃO DO URBANO PRECÁRIO NO BRASIL**

As cidades brasileiras apresentam, até os dias atuais, as marcas de uma radical segregação, extrema desigualdade, injustiça social e discriminação, herdadas dos tempos do Brasil Colônia, época em que o comércio de escravos africanos permitia lucratividades elevadas.

As políticas públicas e investimentos realizados durante os séculos XX e XXI, com raras exceções, mantiveram ou acentuaram os problemas urbanos,

ampliando os privilégios de uma classe dirigente, de um lado e, de outro, aprofundando a privação de uma importante parcela da população, notadamente a classe trabalhadora.

De fato existe uma considerável gama de autores, que têm registrado o processo de produção de cidades brasileiras segregadas, precárias, violentas e, sobretudo, injustas e desiguais, como legado da urbanização, particularmente do século XX, que persiste e, em algumas dimensões, se agrava nestes anos iniciais do século XXI (BONDUKI, 1998; MARICATO, 2015).

Ha inúmeras razões explicativas, associadas a esse complexo processo de formação e estruturação sociourbano. Uma das interpretações consistentes, relacionada às inúmeras causas desses processos, refere-se ao fato histórico e estrutural que, no Brasil, o salário pago aos trabalhadores não permitiu: o acesso a moradia digna, segura, e bem localizada, via mercado formal de habitação. Em outras palavras, ‘o custo da moradia não estava incluído no salário’ (MARICATO, 2015). Urbanizou-se e produziram-se moradias por meio de ‘autoconstrução como modo de baixar o custo de reprodução da força de trabalho’ em locais inapropriados, em boa medida longe dos locais de interesse do mercado imobiliário privado (OLIVEIRA, 2006).

O processo de migração campo-cidades, associado à industrialização e crescimento vegetativo, durante parte do século XX, ocorreu em tal velocidade, que ocasionou a formação de verdadeiros acampamentos urbanos, seja nas periferias, seja em regiões intermediárias das cidades, num gigantesco processo de produção de cidades precárias. Entre 1940 e 1980 deu-se verdadeira inversão do local de moradia da população brasileira (SANTOS, 1993).

A insuficiência e inadequação das políticas habitacionais e urbanas contribuíram, em muitos casos, para o agravamento das condições de vida da

classe trabalhadora urbana que, em boa parte, foi oficialmente estrangida a exilar-se nas periferias autoconstruídas, ou ainda, a viver confinadas em conjuntos habitacionais de baixa qualidade, distantes, produzidos pelo poder público, inseridos num quadro de monotonia, repetição, padronização e isolamento econômico, geográfico e cultural, relativamente às áreas reservadas para as elites. No caso de Sao Paulo, bairros do cone sudoeste, como Higienópolis, Ibirapuera e Jardins; no Rio de Janeiro, bairros da zona sul, como Barra da Tijuca, e assim por diante. A batalha pela construção da cidadania no país, tantas vezes, se perde na periferia, onde ocorrem mais homicídios deflagrados pela própria policia, além de conflitos entre facções criminosas, julgadas arbitrariamente, à margem do Estado. Na periferia, também as taxas de mortalidade infantil, em geral, são mais elevadas, os transportes mais precários, a educação e a saúde públicas, menos qualificadas. E é nas periferias que, na média, se concentram as maiores taxas de desemprego, menor renda, menor expectativa de vida, além de mais precariedade no acesso a equipamentos culturais de qualidade. Ao mesmo tempo, *grosso modo*, pode-se dizer que as periferias são mais abrangentes, vastas, populosas e densas que as regiões centrais.

A periferia, conforme tomada aqui, refere-se a uma noção que vai além do fator localização às margens de uma cidade (apesar de esse fator ter ainda um peso importante). Constitui periferia, países inteiros que se desenvolvem às margens das cidades e das centralidades densas de poder econômico, político e influência cultural. Isso vale tanto para países (periféricos), como o Brasil, quanto para países considerados desenvolvidos, como a Italia<sup>1</sup>. Encontram-se periferias precárias em Nápoles e Roma, em Nova Iorque e Paris.

---

<sup>1</sup> Ver, por exemplo: La Republica. Periferie. Il luogo del nostro scontento. Cult. 26 gingo 2016. Disponível em: <http://www.awn.it/news/professione-e-media/5075-periferie-il-luogo-del-nostro-scontento>

No tocante ao Brasil, alguns tipos de soluções históricas têm se repetido em relação ao ambiente construído: produção informal, desorganizada e precária, viabilizada pelos próprios trabalhadores, por meio da autoconstrução nos loteamentos clandestinos ou irregulares, nas favelas, ou, ainda, pagamento de aluguel (caríssimo) nos cortiços e, por fim, nas ocupações de terrenos ou prédios, organizadas por movimentos populares urbanos.

O trabalhador, além de produzir para o capital, durante os dias úteis da semana, viu-se obrigado a adquirir (ou ocupar) um lote longínquo (tantas vezes, sem segurança na posse) para autoconstruir sua casa sem financiamento, sem assistência técnica de engenheiros ou arquitetos, sem projeto, em localidades remotas, carentes de infraestrutura urbana, de amenidades, de uma verdadeira atmosfera cidadã que, em tese, a *polis* deveria ofertar.

Paralelamente ou posteriormente, à produção de sua unidade de moradia, a classe trabalhadora teve de se organizar para lutar pela ‘chegada da cidade’, ou seja, pela infraestrutura e acesso ao serviço de água potável, de energia elétrica, pelo transporte público, pelos serviços sociais de educação, saúde e cultura, oferecidos nas creches, postos de saúde, Unidades Básicas de Saúde, escolas, centros culturais e assim por diante, num processo de múltipla exploração, espoliação e grave injustiça social (KOWARICK, 1980).

Holston, em seus estudos etnográficos sobre a periferia de São Paulo, conclui que, ao longo de décadas, nesse contexto de produção dos bairros periféricos que se mantiveram a margem do Estado de Bem-Estar Social e excluídos do mercado privado formal imobiliário e residencial, constituiu-se uma espécie de cidadania insurgente (HOLSTON, 2013).

Sob essas circunstâncias históricas, certamente que a produção das cidades brasileiras não se deu sem intensos processos de ocupação de áreas

frágeis e sensíveis do ponto de vista ambiental, como áreas de preservação permanente (APPs), áreas de preservação dos mananciais, encostas íngremes de risco geológico-geotécnico, áreas de alagamento e inundação, para maior prejuízo humano e material dos próprios ocupantes. Importante destacar que a experiência empírica mostra que, quanto maior a vulnerabilidade social das famílias, maior a chance de se encontrarem residindo em áreas de risco geológico-geotécnico.

Evidentemente que boa parte das áreas ocupadas pela população vulnerável, de baixa renda, principalmente nas metrópoles, cidades grandes e médias, são aquelas que, por diferentes razões, (principalmente de origem econômica e jurídico-ambiental) não interessam para o mercado imobiliário e residencial formal.

As elites de São Paulo, por exemplo, na segunda metade do século XX, iniciaram um processo de abandono das áreas centrais e buscaram, em bairros-jardins e, posteriormente, em loteamentos fechados e condomínios, novos locais de moradia, dando, assim, contribuição decisiva para aprofundamento da segregação socioterritorial e para produção de bairros e cidades de muros (CALDEIRA, 2000). Importante lembrar que muitos dos loteamentos fechados e condomínios encontram-se em áreas irregulares e ilegais, parte deles em terras públicas, explicitando que ilegalidade e irregularidade fundiária não são fenômenos que afetam somente os pobres, mas ao conjunto das cidades, no caso do Brasil (BOULOS, 2014).

Nos anos 1990, 2000 e 2010, com a radicalização do processo de globalização, financeirização e mercantilização da moradia e das cidades (FIX, 2007), intensificou-se, ainda mais, a segregação socioterritorial, o espraiamento desnecessário e os conflitos fundiários com desfecho violento em reintegrações e despejos, todos capítulos tristes da urbanização no Brasil.

## URBANO ENTRE CRISE E BARBÁRIE

As cidades brasileiras, sobretudo as grandes e as metrópoles, apresentam um quadro muito crítico sobre os mais diferentes pontos de vista, como se pode notar. Em 2012 o déficit habitacional figurava em torno de 5,4 milhões de unidades habitacionais (FJP, 2015).

A despeito de uma produção quantitativa muito significativa por parte do governo federal, no âmbito do programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV), o problema habitacional encontra-se longe de ser equacionado. Entre 2009 e 2014, o programa Minha Casa, Minha Vida contratou 3,7 milhões de moradias e entregou 1,87 milhão de unidades (BRASIL, 2014). Nota-se uma dificuldade muito grande para redução consistente do *deficit* habitacional, principalmente para os extratos populacionais de menor renda, basicamente por conta do preço da terra, que aumentou muito nos últimos anos, empurrando os preços dos alugueis para cima<sup>2</sup>, resultado do processo de valorização e especulação, de um lado e, de outro, ausência de políticas fundiárias de âmbito municipal.

Importante lembrar que, em função do desenho do Programa MCMV, em que as empresas construtoras buscam terrenos com menor preço, a maior parte dos conjuntos produzidos reforçou a histórica localização da moradia popular nas periferias e franjas das cidades, acentuando o caráter da cidade marginal para os pobres, uma espécie de impulso à segregação e discriminação socioterritorial, patrocinado com recursos públicos (COMARU, 2015).

---

<sup>2</sup> O déficit habitacional é calculado a partir de três componentes: precariedade da moradia, cohabitacão, e ônus excessivo com aluguel.

Foi justamente o aumento do preço da terra urbana (e do aluguel) que, recentemente, agravou as perspectivas de acesso a moradia digna e bem localizada nas cidades. Sabe-se que *‘em São Paulo, o preço dos imóveis aumentou 153% entre 2009 e 2012. No Rio de Janeiro, o aumento foi de 184%. A terra urbana permaneceu refém dos interesses do capital imobiliário’* (MARICATO, 2014).

O aumento no preço da terra, fenômeno observado em inúmeras cidades do Brasil e do mundo, trouxe consequências diversas e adversas para os pobres urbanos, como o aumento da insegurança na posse para a população de baixa renda, que mora de aluguel ou que reside em áreas ocupadas irregularmente.

A esse respeito nota-se que, nos últimos anos, registrou-se um número muito grande de despejos, reintegrações de posse e remoções forçadas da população de baixa renda de seus locais de moradia, motivadas por dificuldades de pagamento dos alugueis, remoções diretas por grandes projetos urbanos, como obras viárias, obras associadas a Operações Urbanas Consorciadas, projetos de urbanização, ampliação de vias e rodovias (como os Rodoaneis Metropolitanos), criação de parques em áreas de preservação ambiental, como APPs em beiras de córregos (LUZ, 2013), obras associadas à Copa do Mundo em diversas cidades do Brasil (2014) e aos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro (2016), além de ações judiciais de proprietários privados.

Alem disso, em nível internacional, há fenômenos outros que concorrem para esse aumento dos preços de terras urbanas e rurais, boas e bem localizadas, em que se verifica um grande número de áreas adquiridas pelo capital estrangeiro, como corporações nacionais e transnacionais, pessoas físicas ou países, fenômenos que vem sendo registrado como *Grabbed Lands* (RULLI et. al. 2013).

Iniciativas para mapeamento, monitoramento e acompanhamento das comunidades sob ameaça de remoção, na forma de organização de observatórios e grupos de pesquisa-ação para o fenômeno dos deslocamentos forçados e involuntários têm se desenvolvido em algumas cidades do Brasil e do mundo<sup>3</sup>.

Boa parte da população das cidades brasileiras tem sido, desde sempre, castigadas também por conta dos *deficits* e precariedades em termos de saneamento ambiental. Em 2010 cerca de 34% dos domicílios brasileiros contavam com atendimento precário de abastecimento de água, enquanto 7% simplesmente não contavam com atendimento de abastecimento de água. Naquele ano, cerca de 50% dos domicílios contavam com atendimento precário de esgotamento sanitário, enquanto cerca de 9% não contavam com atendimento desse serviço essencial. Cerca de 27% contavam com atendimento precário de serviço de manejo de resíduos sólidos e 14% dos domicílios não contavam com o serviço (BRASIL, 2013).

Se a política de habitação, a política fundiária e as condições de saneamento ambiental não contribuíram para a produção de cidades justas, democráticas e includentes, com a política e os investimentos em mobilidade, também não foi muito diferente. As lideranças políticas e as elites econômicas optaram, ao longo do século XX, pelo sucateamento do sistema de transporte de passageiros por trilhos e, com exceção de alguns limitados investimentos em Metro, os incentivos governamentais foram drenados, quase na totalidade, para o reforço da matriz rodoviarista sobre pneus, com destaque para incremento na produção e aquisição de automóveis e motocicletas, como

---

<sup>3</sup> Ver, por exemplo, a iniciativa do Observatório de sítio de Remoções da Região de São Paulo e ABC: <http://www.observatorioderemocoes.fau.usp.br/>

solução individual para o problema da mobilidade, as últimas com crescimento vertiginoso nos últimos anos (COMARU, 2015).

Essas opções contribuíram para agravar, ainda mais, a situação do trabalhador urbano de baixa renda, e as condições de vida de quem mora em periferias longínquas, seja pelo custo do transporte, seja pelo tempo diário despendido, seja pela exposição maior aos acidentes (que não são poucos), exposição à poluição atmosférica, estresse e problemas de saúde mental (SALDIVA, et al. 2010b).

A poluição atmosférica, por exemplo, está associada, na cidade de São Paulo, a uma redução na expectativa de vida de 1,5 anos, devido a problemas nos sistemas cardiovascular e respiratório, segundo pesquisas coordenadas por Saldiva (2010a) da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP).

Alem disso, diversas doenças mentais podem estar associadas ao trânsito e as condições de vida caóticas das metrópoles. Em São Paulo, por exemplo, estresse, transtornos de ansiedade e depressão são doenças que acometem cerca de 30% da população da cidade, segundo o Núcleo de Epidemiologia Psiquiátrica da Universidade de São Paulo (MARICATO, 2015).

Observa-se também que o custo dos acidentes representa um total de 4,9 bilhões de reais por ano – valor médio de R\$45,90 / habitante (BRASIL, 2007). Segundo dados do Ministério da Saúde, em 2011 tivemos, no Brasil, 40.610 vítimas fatais, 25% por ocorrências com motocicletas. Entre 2002 e 2010, o número total de óbitos por acidentes com transporte terrestre cresceu 24%. Têm ocorrido 145 mil internações no Sistema Único de Saúde (SUS) causadas por acidentes de transportes, o que tem representado R\$ 190 milhões, só em procedimentos específicos no SUS. Em 9 anos, os óbitos envolvendo motos

mais que triplicaram no Sudeste, saltando de 940, em 2002, para 2.948, em 2010 - crescimento de 214%.

Todo este quadro se desenvolve num contexto em que as periferias, durante décadas, se adensaram continuamente, e as regiões centrais das cidades perderam população permanente e viram diminuídas as densidades populacionais a níveis muito baixos. Contam-se aos milhões, o número de imóveis vazios ou ociosos, que não cumprem a sua função social, explicitando verdadeiras iniquidades urbanas, uma vez que se trata de desigualdades injustas e desnecessárias, onde a escassez, a miséria e privação convivem lado a lado com o excesso, o desperdício e o supérfluo. Em 2000, segundo o Plano Nacional de Habitação (BRASIL, 2010), computavam-se cerca de 6 milhões de imóveis vagos no Brasil.

### **MOVIMENTOS POPULARES E SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA NAS CIDADES BRASILEIRAS: DA INSURGÊNCIA À PEDAGOGIA DO CONFRONTO**

Diante da gravidade do quadro urbano, reflexões importantes podem ser feitas no tocante à abordagem sobre mobilizações dos segmentos populares e da sociedade civil organizada, na perspectiva das lutas urbanas contemporâneas, particularmente no que tange os movimentos populares urbanos.

Primeiramente, cabe observar que, apesar do quadro de profundas desigualdades e injustiças sociais, obviamente, nem tudo tem piorado nos últimos anos no Brasil. Há diversos indicadores que mostram avanços importantes no Brasil urbano das últimas décadas, como diminuição média da mortalidade infantil, aumento médio da expectativa de vida, da escolaridade, diminuição da miséria e da pobreza absolutas, da fome, entre outros importantes e inegáveis avanços.

Por outro lado, diversos indicadores mostram piora sensível, sob outros pontos de vista-chave, da vida dos trabalhadores e jovens nas cidades, que se espalharam, ocupando áreas de proteção ambiental mais longínquas e ficaram mais segregadas – este, como tantos outros, pode ser considerado um fenômeno que atingiu diversos países (DAVIS, 2006).

O trânsito e o tempo médio de deslocamento pendular piorou, significativamente, nas medias e grandes cidades brasileiras, assim como, também, a poluição atmosférica. A mortalidade e morbidade associadas aos acidentes de trânsito são altíssimas e vêm crescendo o número de vítimas pedestres, ciclistas e motociclistas, os mais vulneráveis nas vias públicas e passeios (SALDIVA 2010b).

Por fim, a violência urbana aumentou muito, vitimando principalmente os jovens, negros, pobres das periferias e do sexo masculino. Há inúmeros exemplos e dados que poderiam ser citados para comprovar esses indicadores. Mencionamos, aqui, o caso da violência contra os jovens, que parece muito associado ao histórico abandono das periferias por parte do Estado; a pobreza, a ausência de perspectivas, a raça e etnia, segregação e isolamento - exílio na periferia, nas palavras do professor Milton Santos.

No ano de 2012 foram 56 mil as vítimas de homicídios no país, sendo que, do total, 53% eram jovens entre 15 e 29 anos, sendo 77% negros e 93,30% do sexo masculino. Segundo o critério de cor/raça da vítima, existe uma tendência nos homicídios praticados contra jovens, entre os anos de 2002 e 2012, considerando os distintos grupos étnicos: redução de 32% no número de vítimas brancas e, concomitantemente, um aumento de 32,3% de vítimas negras relativamente aos homicídios (WAISELIZ, 2014). As iniquidades aumentaram proporcionalmente ao aumento das desigualdades sociais, injustas e

desnecessárias. As cidades ficaram mais seguras para os brancos e mais perigosas para os negros, do ponto de vista do indicador homicídio.

Nesse sentido, a atuação do Estado brasileiro, em relação às políticas para as cidades, tem sido permeada por inúmeras ambiguidades, contradições e ausências, ora contribuindo, colateralmente, para melhoria de alguns indicadores, ora reforçando desigualdades, ampliando injustiças, mantendo iniquidades, numa clara perspectiva de um Estado que age a favor da manutenção dos privilégios dos ricos e, conseqüentemente, contra os pobres (DAVIS, 2006).

Os segmentos populares, organizados em associações de moradores, sindicatos, movimentos sociais, movimentos de moradia, organizações não governamentais, coletivos, fóruns e redes, têm tido atuação histórica, seja na perspectiva da participação institucional para monitoramento e aperfeiçoamento das políticas públicas em espaços e processos, como conselhos e conferências, seja na perspectiva das lutas urbanas que transcendem a institucionalidade, por meio de atos públicos, formação política, ocupação de terras e edifícios ociosos, que não cumprem sua função social, além dos mais variados tipos de manifestações que tem surgido recentemente - inclusive por meio de ativismo sociopolítico amparado por redes sociais e novas tecnologias de comunicação (COMARU, 2015).

As jornadas de junho, como ficaram conhecidas, que se iniciaram por conta de protestos contra o aumento da tarifa de transporte público em São Paulo<sup>4</sup>, ampliando-se com adesão de coletivos e movimentos que protestavam contra os impactos dos Megaeventos<sup>5</sup> e, na sequência, a atração em cascata de

---

<sup>4</sup> Nota-se um protagonismo importante do MPL, Movimento Passe Livre na liderança das mobilizações neste caso de São Paulo.

<sup>5</sup> Principalmente, por meios dos Comitês Populares da Copa que estavam organizados nos mais diferentes estados do Brasil.

diversos tipos de coletivos, movimentos e indivíduos organizados ou não, que tomaram as ruas das principais cidades do Brasil e chamaram a atenção, pela abrangência e alcance numérico de participantes.

Por outro lado, para além de fenômenos de mobilização de massa de grande envergadura, tem lugar, nas sombras das cidades, lutas cotidianas pela conquista dos direitos humanos essenciais, como moradia, trabalho, transporte, saneamento e meio ambiente saudável.

Por trás da construção desse universo de cidades periféricas ao longo de décadas, notam-se lutas individuais e coletivas a partir de resistências e persistências no contexto da exclusão do direito à cidade, no sentido Lefevriano. Essas lutas perseverantes têm permitido a conquista de uma espécie de cidadania insurgente (HOLSTON, 2013).

As classes trabalhadoras, de forma insurgente, nas franjas das cidades, realizaram processos históricos e silenciosos de resistência, construíram bairros, *“periferias autoconstruídas, construíram casas, construíram uma nova esfera de participação de direitos e de cidadania”*. A insurgência destaca-se como um processo e ação, ou seja, de baixo para cima.

Na contramão, uma contra-política que desestabiliza o presente e o torna frágil, desfamiliarizando a coerência com que geralmente se apresenta. Insurgência não é uma posição de cima para baixo de um futuro já orquestrado. Ela borbulha do passado, onde as circunstâncias presentes parecem propícias para uma irrupção (HOLSTON, 2013, pg. 62).

Por outro lado, o estudo dos movimentos de luta por moradia nas áreas centrais de São Paulo e sua atuação na ocupação de prédios ociosos tem trazido à tona a discussão de um tipo de cidadania transgressiva; partindo do pressuposto de uma rebeldia que questiona as injustiças, afirmando direitos garantidos por leis, por meio de ações que, de alguma forma suplantam a

“ordem” e vão além de uma simples desobediência civil (EARLE, 2012). Transgride-se a “ordem” capitalista e a boa conduta do respeito à propriedade privada (mesmo que desprovida de função social, mesmo quando o proprietário não cumpre o dever relativo ao pagamento de tributos obrigatórios) para se cobrar e exigir um direito humano básico: o direito a moradia.

As pessoas, sujeitos ou atores, na medida em que se encontram num processo de luta pela moradia, transformam seu cotidiano num aprendizado permanente: numa escola da luta. A rebeldia dos sem teto na afirmação dos seus direitos, é muito mais do que uma simples afirmação de justaposição de leis e processos abstratamente bem construídos. É um processo pedagógico de aprendizados, através do qual as pessoas coletivamente apreendem, em que a história de cada sujeito, o aprendizado individual, acúmulos subjetivos, são também importantes para as construções coletivas de novos sujeitos, que emergirão nos processos de confronto direto por direitos (BARBOSA, 2014).

A passagem do drama e da luta individual para a luta coletiva e solidária se dá por meio de processos complexos de identificação mútua de coletivos, mediados pela emergência de uma consciência de classes (BARBOSA, 2014).

Os processos organizativos funcionam como antecipação concreta do que se quer construir à frente, como na categoria de Paulo Freire do “inédito-viável”, que carrega a crença num sonho possível e na utopia que virá, com a força de uma esperança (FREIRE, 1992).

São esses permanentes processos de afirmação coletiva que possibilitam a esses sujeitos atuar em agendas mais abrangentes, como a reforma urbana e o direito à cidade, por exemplo, para além da necessidade individual (e legítima) de cada um. Nesse sentido, a única forma possível de

levar à frente a pauta pelo direito à cidade, enfrentando “nó da terra” (MARICATO, 2014), são os processos permanentes de resistência. Por meio dos conflitos, então, os sujeitos se encontram no centro da história como protagonistas de suas agendas e suas pautas, e essa compreensão leva as pessoas a entender que sua luta por direitos pode e deve ir muito além da luta pela casa, passando pela luta do direito a cidade de uma forma mais abrangente, tendo em vista a mobilidade urbana, saneamento ambiental, educação, saúde, cultura, trabalho e renda.

A observação empírica permite perceber que, mesmo sem desprezar a importância da iniciativa e ação individuais nos processos de resistência no âmbito dos movimentos populares e coletivos - no interior de uma ocupação, por exemplo -, permeia a percepção de que todos estão e vivem numa condição social, econômica e cultural muito semelhante, um sentimento de pertencimento de classe, de modo a perceberem que juntos serão mais fortes. Esse processo pedagógico, de aprendizados desencadeados no interior dos conflitos, tem um enorme valor simbólico, que pode contribuir para elevar o grau de consciência cidadã dos sujeitos participantes da luta, fortalecendo, objetivamente, a própria luta (BARBOSA, 2014).

A rebeldia e a transgressão dos sem tetos organizados nos movimentos populares urbanos acontece num contexto de um processo pedagógico e coletivo de aprendizados, de onde nascem novos sujeitos, nos processos de confronto direto por direitos sociais, diante da percepção clara das inúmeras injustiças sociais e formas de opressão impostas historicamente, de cima para baixo (BARBOSA, 2014).

Em contextos relativamente semelhantes, inúmeras novas formas de resistências e lutas urbana têm surgido em diferentes lugares do país, onde se resiste pela terra para moradia, contra especuladores imobiliários locais,

governos ou investidores internacionais ou, ainda, (o que tem sido muito comum), a associação de todos esses atores sob a sombria forma de ‘parcerias’.

A ocupação Izidora, na periferia de Belo Horizonte, por exemplo, resiste com apoio de movimentos urbanos como o MLB - Movimento de Lutas em Bairros, Vilas e Favelas, com apoio de estudantes e professores, através de projetos de extensão em meio a inúmeras lutas.

Movimentos de moradia do centro de São Paulo, apesar da conhecida fragmentação histórica dos grupos, solidarizam-se e contam com apoio de ONGs, acadêmicos progressistas e da Defensoria Pública, em momentos cruciais, como nas negociações que precedem e permeiam processos de reintegração de posse e despejos.

O movimento Ocupe Estelita angaria solidariedade local e nacional por meio de uma vigorosa profusão de denúncias e notícias de apoios dos mais diferentes tipos, passando por movimentos, coletivos, acadêmicos e ONGs, nas redes sociais, para o enfrentamento dos interesses do mercado imobiliário, que pretende transformar radicalmente o centro de Recife, gerando potenciais impactos sociais e paisagísticos.

O Projeto Observatório de Remoções e a Escola Popular de Planejamento da Cidade<sup>6</sup> da UNILA - Universidade da Integração Latino Americana, em Foz do Iguaçu, desenvolve diagnósticos participativos, promove eventos culturais, mobiliza estudantes, confecciona cartões postais com a face dos trabalhadores, expondo, para os turistas que visitam a cidade, essas figuras comuns, como forma de denúncia e visibilização das violações dos direitos humanos. Essas iniciativas lograram postergar a reintegração de posse de

---

<sup>6</sup> Ver: <https://paisagensperifericas.wordpress.com/escola-popular-da-cidade/>

ocupações de grandes proporções, onde residem milhares de famílias de baixa renda, sem teto.

São iniciativas que se somam a diversas outras, nos contextos em que acadêmicos, por meio das iniciativas de extensão universitária ou da pesquisa-ação, engajam-se e mobilizam estudantes e pesquisadores para investigar esses temas, que colocam a academia mais próxima das contradições dos territórios lideiros, onde demandas urgentes clamam por produção de conhecimento, suporte técnico, visibilidade e soluções inovadoras (COMARU e VITALE, 2003; COMARU e MORETTI, 2013).

No Rio de Janeiro e em São Paulo, novos atores e arquitetos colaboram com a produção de planos populares para assentamentos vulneráveis à remoção, como nos casos da Vila Autódromo e da Favela da Paz. Os planos se constituem instrumentos de negociação nas lutas pela permanência nas regiões de moradia, diante dos impactos dos megaeventos.

Assim, a precariedade, a privação e a espoliação convivem com a emergência de importantes iniciativas que se criam, recriam e se renovam, protagonizadas por novos atores e coletivos (como estudantes e ativistas de redes sociais, por exemplo) que tantas vezes, em colaboração com os velhos atores e movimentos (Movimentos populares e ONGs, por exemplo), buscam subsídios e inspiração, para enfrentar, com boa dose de criatividade, os desafios que se impõem, de modo que os sujeitos, de forma coletiva e solidária superem etapas mais complexas do processo de lutas que ainda estão por vir.

## **À GUIA DE CONCLUSÃO**

Pode-se notar que boa parte dos territórios urbanos no Brasil foram produzidos ao arrepio da lei, mas, nem por isso deixam de seguir uma certa lógica, enquanto construção social de cidades injustas, iníquas e segregadas,

onde a boa localização da moradia torna-se privilégio, equivalente a um bem oligárquico (ALTVATER, 1996), ou seja, algo a ser desfrutado por poucos.

As cidades recentemente vêm sofrendo, também, as consequências das guerras de lugares sob o império da mercantilização e financeirização. Devem tornar-se mais e mais competitivas e atraentes para investidores e investimentos que permitam a maximização dos lucros e viabilização de parcerias-público-privadas.

Os segmentos populares, por seu turno, têm *grosso modo*, atuado segundo duas vertentes distintas, frente à urgência da conquista de algum tipo de abrigo: realizar ocupações espontâneas desorganizadas ou, ainda, promover ocupações de terras e edifícios ociosos, que não cumprem sua função social, de forma organizada.

O Estado, com raras exceções, tem se destacado pela incoerência e ambigüidade, do ponto de vista do interesse público e social. Frente às ocupações espontâneas (em áreas de preservação dos mananciais, por exemplo), os executivos adotaram, historicamente, postura permissiva (sem abrir mão do arbítrio), enquanto os judiciários promovem a execução de reintegrações de posse de ocupações (como no caso dos prédios do centro de São Paulo) ou loteamentos precários e favelas bem localizadas, onde reside a população de baixa renda.

Desde os anos 1980, o Estado brasileiro, sob forte ataque hegemônico da ideologia neoliberal - cuja pregação e culto ao mercado se radicalizam sob o pretexto de violações cotidianas -, a despeito de avanços importantes nos últimos anos, tem apresentado baixa capacidade de investimentos para reverter causas estruturais das desigualdades, enquanto os movimentos populares urbanos tem apresentado alguma capacidade de mobilização, construção de alianças e formas de pressão para a negociar

demandas de habitação. Diante da dimensão da ilegalidade, das lutas cotidianas pela construção de formas populares (ainda que incompletas) de cidadania insurgente ou transgressiva, nascem formas de lutas alternativas, por vezes audaciosas e relevantes, portadoras de processos que podem ser pedagógicos e permeados de esperança.

Foi assim que processos de lutas pela construção de moradias e cidadania, realizados nas últimas décadas, surgiram e desenvolveram-se em inúmeros movimentos e lideranças populares, que cumprem um papel decisivo para a utopia da produção de cidades mais justas e solidárias.

A observação de práticas recentes que, para além dos conhecimentos, habilidades e atitudes, relativamente reconhecidos no tocante a apreensão, interpretação e atuação no urbano, abrem-se, de forma mais proeminente, as portas de entrada da *arte* e da *cultura*, que dialogam com segmentos específicos, como os jovens, seus códigos e identidades (COMARU, 2015).

Mais que nunca serão bem vindas lideranças legítimas e mediadores forjados no ambiente fértil dos movimentos e das escolas participativas, freirianas, engajadas e compromissadas com a construção de novas e mais justas realidades nas cidades brasileiras.

A tendência é que o Estado, os fundos públicos, a hegemonia nas narrativas, os meios de comunicação de massa e, sobretudo a terra, continuarão sob disputa acirrada nos próximos tempos - repletos de confrontos, aprendizados e dissensos. Nesse jogo, caberá aos movimentos populares e coletivos de base, um papel essencial, *vis à vis*, uma agenda de esquerda, para o fortalecimento da utopia de cidades mais felizes para todos, onde justiça social e democracia se efetivem de forma duradoura.

## REFERÊNCIAS

ALTVATER E. O preço da riqueza. Unesp, São Paulo, 1996.

BARBOSA, B.R. Protagonismo dos movimentos de moradia no centro de São Paulo: trajetória, lutas e influencias nas políticas habitacionais. Dissertação de Mestrado - Santo André: Universidade Federal do ABC, 2014.

BONDUKI, N. Origens da habitação social no Brasil. Sao Paulo: Estação Liberdade, 1998.

BOULOS, G. Quem são mesmo os invasores. Jornal Folha de Sao Paulo. Coluna Debates e Tendências. 22 de Agosto de 2014. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/guilhermeboulos/2014/08/1504127-quem-sao-mesmo-os-invasores.shtml>

BRASIL (Ministério das Cidades). PLANMOB (2007). Plano Nacional de Mobilidade Urbana Sustentável. Disponível em: <http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSEMOB/Biblioteca/LivroPlanoMobilidade.pdf>

BRASIL (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão). 11o Balanço do PAC 2. Brasília, 2014. Disponível em: [http://www.pac.gov.br/pub/up/pac/11/PAC11\\_MinhaCasaMinhaVida.pdf](http://www.pac.gov.br/pub/up/pac/11/PAC11_MinhaCasaMinhaVida.pdf)

BRASIL (Ministério das Cidades). PLANSAB (2013), Plano Nacional de Saneamento. [http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/AECBF8E2/Plansab\\_Versao\\_Conselhos\\_Nacionais\\_020520131.pdf](http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/AECBF8E2/Plansab_Versao_Conselhos_Nacionais_020520131.pdf)

BRASIL (Ministério das Cidades). PLANHAB (2010), Plano Nacional de Habitação. Disponível em: [http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/Publicacoes/Publicacao\\_PlanHab\\_Capa.pdf](http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/Publicacoes/Publicacao_PlanHab_Capa.pdf)

CALDEIRA, T. Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania Em São Paulo. Ed. 34, Edusp, 2000.

COMARÚ, F. A.; VITALE, L. Laboratório de Projeto Integrado e Participativo para o prédio da Rua do Ouvidor, 63: extensão, ensino e produção do saber em movimento. Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP, v. 13, p. 170-175, 2003.

COMARU, F. A.; MORETTI, R. Trajectories of public engagement: outreach projects in Sao Paulo, Brazil. Território, v. 1, p. 33-37, 2013.

COMARU, F. Territórios urbanos precários: perspectivas em novas e velhas lutas e pedagogias. Relatório técnico preparado para a Oxfam Brasil. Sao Paulo, 2015.

DAVIS, Mike. Planeta Favela. São Paulo: Boitempo, 2006.

EARLE, Lucy. From Insurgent to Transgressive Citizenship: Housing, Social Movements and the Politics of Rights in São Paulo. Journal of Latin American Studies, s, 44, pp. 97-126, 2012.

FIX, M. Sao Paulo Cidade Global. Fundamentos financeiros de uma miragem. Sao Paulo: Boitempo, 2007.

FREIRE, P. Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

Fundação Joao Pinheiro (FJP). Deficit Habitacional no Brasil 2011-2012. Fundação Joao Pinheiro: Belo Horizonte, 2015.

HOLSTON, J. Cidadania insurgente. Disjunções da democracia e da modernidade no Brasil. Sao Paulo: Companhia das Letras, 2013.

KOWARICK, L. A espoliação urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

LUZ, F. C. O tratamento dos conflitos socioambientais no âmbito do Programa 100 parques para Sao Paulo. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do ABC, 2013.

MARICATO, E. O impasse da política urbana no Brasil. Sao Paulo: Vozes, 2014.

MARICATO, E. É a questão urbana estúpido. Le Monde Diplomatique Brasil. Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1465>

MARICATO. E. Para entender a crise urbana. Sao Paulo: Expressão Popular, 2015.

RULLI, M.C, SAVIORI, A., D'ODORICO, P. Global land and water grabbing. PNAS. January 15, 2013. Vol. 110, no. 3.

SALDIVA, P.H. (a) ; VORMITTAG, E.A. ; BALAZINA, A. ; OGURA, A. ; COMARÚ, F. A. ; et. al. A Saúde Precária de uma Velha Senhora. Scientific American Brasil, v. 95, p. 28-39, 2010.

SALDIVA, P. (b), VORMITTAG, E. (org.) Meio Ambiente e Saúde: o Desafio das Metrópolis. Sao Paulo: Ex Libris, 2010.

SANTOS, M. A urbanização brasileira. Sao Paulo: Hucitec, 1993.

WASELFIZ, Julio Jacobo. Mapa da Juventude. Homicídios e Juventude no Brasil. Brasília: Secretaria Nacional da Juventude, 2014.

Enviado em: 22/08/2016

Aceito em: 30/09/2016